



PLANO DE GESTÃO FLORESTAL

RESUMO PÚBLICO

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO DO GRUPO ACHARSGF.....	3
1.1. ESTRUTURA	3
1.2. REFERÊNCIAS NORMATIVAS.....	4
1.3. POLÍTICA	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO ACHARSGF	5
2.1. ENQUADRAMENTO DO GRUPO ACHARSGF –	5
2.2. DESCRIÇÃO DA OCUPAÇÃO E DO USO DO SOLO	16
2.3. CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA.....	16
3. OBJECTIVOS DO GRUPO ACHARSGF	19
4. GESTÃO.....	20
4.1. REQUISITOS LEGAIS.....	20
4.2. PLANEAMENTO.....	20
4.3. CONSERVAÇÃO E GESTÃO DOS VALORES ECOLÓGICOS	21
4.4. ÁREAS DE ALTO VALOR DE CONSERVAÇÃO	21
4.4.1. MEDIDAS DE FOMENTO E CONSERVAÇÃO.....	23
1.1. COMUNICAÇÃO	24
1.1.1. Comunicação externa	24
1.1.2. Recepção de Comunicações Externas	25
1.2. FORMAÇÃO E SEGURANÇA	25
1.2.1. Higiene e segurança.....	25
1.2.2. Identificação das necessidades de formação.....	26
1.2.3. Plano de Formação	26
1.3. MONITORIZAÇÃO DO PGF	26
1.4. CONTROLO OPERACIONAL	27
1.5. VENDAS E FACTURAÇÃO	27
1.6. CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS	27
1.7. BOAS PRÁTICAS.....	27
1.8. AVALIAÇÃO DE IMPACTOS.....	28

1. APRESENTAÇÃO DO GRUPO ACHARsgf

O grupo ACHARsgf surgiu do interesse demonstrado pelos sócios, aderentes do grupo, em implementar um sistema de gestão sustentável nas suas explorações, com o objectivo de as valorizar assim como aos respectivos produtos.

A ACHAR, enquanto entidade gestora, disponibiliza a todos os Aderentes, na sua página da Internet uma área reservada onde disponibiliza toda a documentação do Grupo e permite aos Aderentes a realização de alguns registo e actualização do PGF.

O Grupo de Certificação Florestal ACHARsgf – tem como entidade gestora a ACHAR – Associação dos Agricultores de Charneca.

Qualquer associado da ACHAR e/ou da Associação de Agricultores de Abrantes, Constância Sardoal e Mação pode aderir ao Grupo, desde que cumpra o Regulamento do Grupo e que assine o Acordo de Adesão.

1.1. ÂMBITO

O grupo ACHARsgf é de implementação ao nível da certificação de grupo FSC® e PEFC, sendo a sua área de intervenção predominantemente a Nut II Alentejo e Nuts III Médio Tejo e Lezíria do Tejo.

O Sistema de gestão de grupo aplica-se a pinha de pinheiro manso, cortiça e madeira de Sobreiro, Azinheira, Pinheiro manso, Pinheiro bravo e Eucalipto comum. E no caso do FSC®, para além das mencionadas, acresce o Choupo.

FSC - C017467

PEFC/13-22-008

1.2. ESTRUTURA

A estrutura funcional e respectivas responsabilidades encontram-se representadas na Figura 1.

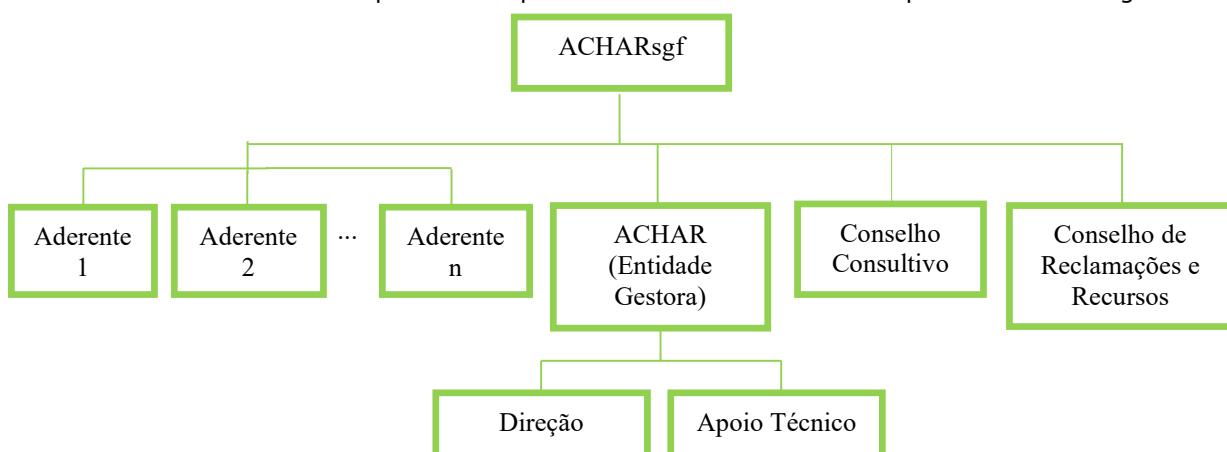


Figura 1 – Estrutura e responsabilidades do Grupo de Certificação Florestal ACHARsgf.

Entidade Gestora do Grupo – entidade representada pela ACHAR, responsável pelo desenvolvimento, implementação, manutenção e divulgação do SGF. Esta entidade deve assegurar o cumprimento das responsabilidades identificadas no Regulamento do Grupo;

Aderente – Prestador de Serviços e/ou Gestor de pelo menos uma exploração, que aderiu, de livre e espontânea vontade ao Grupo e que cumpre os requisitos identificados no ponto 2 deste regulamento. O Aderente ou conjunto de aderentes podem delegar responsabilidade no denominado Gestor de Recursos, para garantir os requisitos identificados no ponto 2;

Conselho de Reclamações e Recursos – órgão constituído por três entidades (individuais ou colectivas) eleitas pelos aderentes, por um período de três anos, que recepciona, analisa e delibera qualquer reclamação/recurso enviado por entidades internas ou externas ao Grupo;

Conselho Consultivo – órgão constituído por entidades convidadas pela Entidade Gestora, com o objectivo de implementar actividades de investigação, experimentação e demonstração que contribuam para a Gestão Florestal Sustentável.

1.3. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

O conteúdo, a estrutura e a documentação do Grupo de Certificação Florestal ACHARsgf, prestam conformidade aos requisitos dos seguintes referenciais normativos, actualmente subscritos pelo Grupo:

- ✓ NP 4406: 2022 - Sistemas de Gestão Florestal Sustentável – Aplicação dos critérios pan-europeus para a gestão florestal sustentável.
- ✓ FSC-STD-01-001: FSC Principles and Criteria for Forest Stewardship.

1.4. POLÍTICA

A Política do ACHARsgf presta conformidade com os referenciais normativos actualmente subscritos pelo Grupo. A Política é revista sempre que os elementos do Grupo (entidade gestora e aderentes) o considerem necessário.

As revisões da Política do Grupo são aprovadas por maioria simples dos aderentes.

O grupo ACHARSGF tem como objectivo a gestão sustentável dos seus recursos procurando a optimização das funções económicas, ambientais e sociais do seu património florestal, da seguinte forma

- ✓ Cumprindo a legislação portuguesa e os regulamentos aplicáveis;
- ✓ Não oferecendo nem aceitando subornos de qualquer natureza. Comprometendo-se a implementar ações corretivas, no caso de haver evidências da ocorrência de subornos de qualquer natureza;
- ✓ Integrando os instrumentos de ordenamento regionais em vigor, nas actividades implementadas;

- ✓ Cumprindo a longo prazo os Princípios e Critérios do Forest Stewardship Council® (FSC®) e Pan-Europeus para a Gestão Florestal Sustentável (PEFC);
- ✓ Cumprindo os procedimentos estabelecidos pelo gestor do grupo;
- ✓ Procurando a melhoria contínua;
- ✓ Promovendo a melhoria das condições de Saúde Higiene e Segurança dos trabalhadores próprios ou contratados;
- ✓ Garantindo a formação adequada dos intervenientes nas atividades desenvolvidas;
- ✓ Tendo sempre presente no planeamento e na execução das actividades a minimização dos impactos sobre os aspectos críticos, tais como a erosão, as linhas de água e as galerias ripícolas;
- ✓ Promovendo a continuidade e preservação do ecossistema montado de sobro, visando a optimização do seu potencial;
- ✓ Garantindo a aplicação de Boas Práticas para uma Gestão Florestal Sustentável.
- ✓ Disponibilizando-se para receber e responder a questões colocadas pelas partes interessadas.

FSC-C017467

PEFC/13-22-008

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO ACHARSGF

2.1. ENQUADRAMENTO DO GRUPO ACHARsgf –

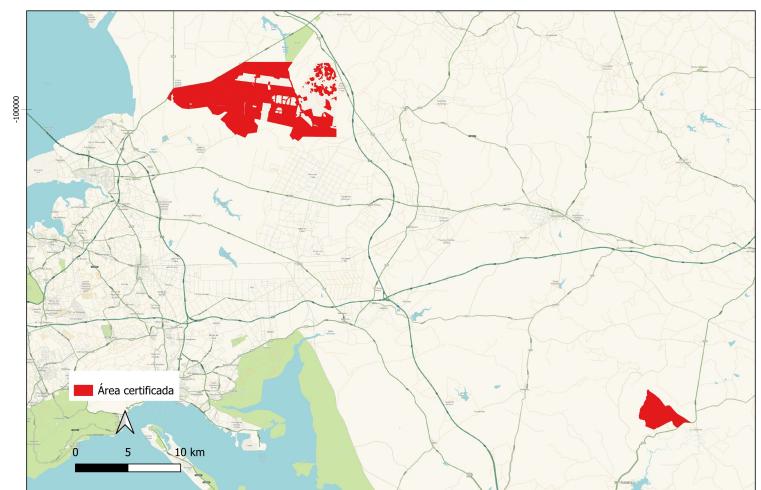


Figura 2 – Enquadramento das áreas certificadas PEFC do Grupo ACHARsgf.

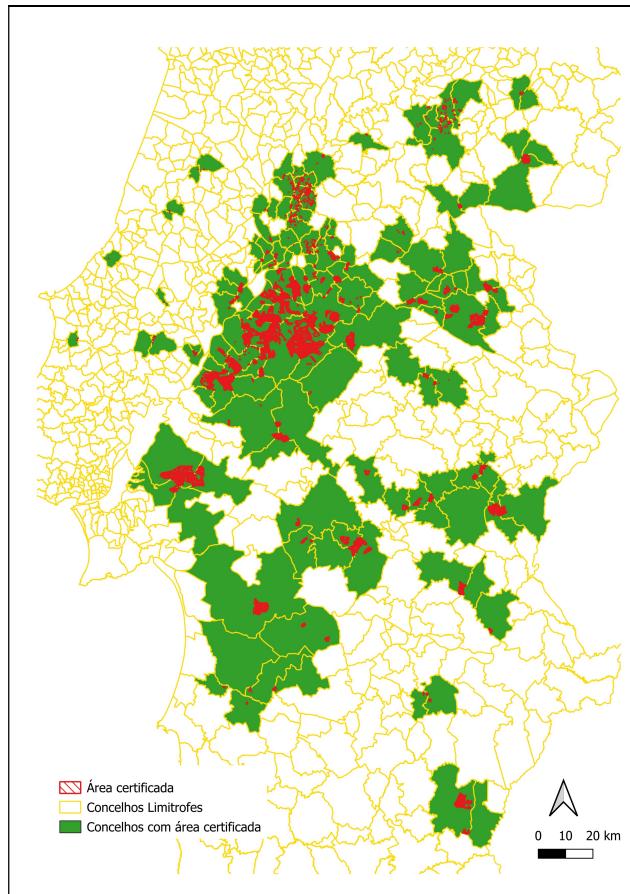


Figura 3 – Enquadramento das áreas certificadas FSC do Grupo ACHARsgf.

As propriedades que integram o Grupo perfazem uma área florestal total de 54605 ha e estão distribuídas da seguinte forma:

ADERENTE	PROPRIEDADE	CONCELHO / FREGUESIA	ÁREA FLORESTAL (HA)	CERTIFICADO
Manuel Vicente Mirrado Canas e José Maria Mirrado Canas, Sociedade Agrícola, Lda.	Herdade da Crucieira, Andinhos, Fonte da Pedra e Laje da Prata	Crato e Nisa/ Crato, Mártires e Arêz	2225.65	FSC
Carlos Frederico Abecassis do Amaral Netto	Herdade Casal das Balsas	Chamusca/Ulme	766.24	FSC
Sociedade Agrícola Quinta da Arrezima, Lda.	Quinta da Arrezima	Chamusca/Pinheiro Grande	183.7	FSC
Sociedade Agrícola dos Moínhos de Vale Flor, S.A.	Herdade de Vale Flor	Chamusca/Parreira	404.38	FSC
Francisco Pais Azevedo- Cabeça de Casal da Herança	Herdade da Sanguinheira	Abrantes/Bemposta	255.86	FSC
Sociedade Agrícola da Sanguinheira de Codes	Herdade da Sanguinheira	Abrantes/Bemposta	279.54	FSC
Valecereal, S.A.	Monte da Silveira	Castelo Branco/ Malpica do Tejo	464.4	FSC
Ana Maria G. P. B. Macedo	Herdade de Martingil	Chamusca/UF Chouto e Parreira	1228.57	FSC

ADERENTE	PROPRIEDADE	CONCELHO/ FREGUESIA	ÁREA FLORESTAL (HA)	CERTIFICADO
Maria João Correia Azevedo de Magalhães Ramalho	Casal do Vale Grande e Folguinhas	Chamusca/UF Chouto e Parreira	102.52	FSC
Sociedade Agro-Florestal Azevedo Ramalho	Casal do Vale Grande e Folguinhas	Chamusca/UF Chouto e Parreira	201.72	FSC
Júlia Belo	Vale da Lama	Chamusca/Vale de Cavalos	137.51	FSC
Maria Isabel José de Mello Arouca, cabeça de casal da herança de	Vale da Lama	Chamusca/Vale de Cavalos	112.1	FSC
Frederico José de Melo Pereira Coutinho	Vale da Lama	Chamusca/Vale de Cavalos	97.18	FSC
Predial da Avessada, S.A.	Perna Seca	Chamusca/Vale de Cavalos	1108.8	FSC
	Vilalobos	Abrantes/Alferrarede	76.72	FSC
Força Aérea Portuguesa - CT	Campo de Tiro de Alcochete	Benavente/Samora Correia Montijo/Canha	5388.82	FSC e PEFC
Pedro Maria de Souza e Holstein de Mello	Herdade do Vale da Lama da Atela	Alpiarça/Alpiarça	1030.69	FSC
Vale Pequeno de Baixo, Lda.	Vale do Pequeno	Chamusca/Carregueira	461.36	FSC
Casa Cadaval - Investimentos Agrícolas	Casa Cadaval	Almeirim/Raposa Salvaterra de Magos/Muge	3048.98	FSC
Sociedade Agrícola do Casal das Pombas, S.A.	Casal das Pombas	Chamusca/Chouto e parreira	605.5	FSC
	Mata-fome	Chamusca/Chouto e parreira	376.26	FSC
Sociedade Agrícola da Perna Molhada, S.A.	Herdade da Perna Molhada	Chamusca/Vale de Cavalos	758.67	FSC
	Sesmarias e Ameixial	Chamusca/Vale de Cavalos	1068.6	FSC
Manuel Mendes d'Assunção Coimbra, CCH de	Herdade de Marmeiro	Chamusca UF Chouto Parreira	1100.11	FSC
	Quinta da Regueirada e da Bica	Santarém - S. Vicente do Paul	68.25	FSC
Quinta da Murta – Sociedade Agrícola, Lda.	Quinta da Murta	Chamusca/Ulme	449.01	FSC
Joaquim Miguel de Vasconcelos Mello e Arriaga Tavares	Casal de Vila de Rei de Baixo e Quinta e Choupal	Chamusca/Vale de Cavalos	568.3	FSC
Sociedade Agrícola Luís Bairrão, Lda.	Mariola de Baixo	Constância/Santa Margarida da Coutada	129.67	FSC
	Caldelas	Constância/Santa Margarida da Coutada	397.01	FSC
Frandur Nove Gestão Mobiliária e Imobiliária, Lda.	Herdade da Azinheira	Avis/Figueira e Barros	162.86	FSC
Sociedade Agrícola da Alorna, S.A.	Quinta da Alorna	Almeirim/Almeirim	1289.54	FSC
AGROPEFE - Agro Pecuária Ferreiraense, S.A.	Serra Santa Catarina, Águas Belas, Barcaio e outras	Ferreira do Zêzere	106.75	FSC
	Cabeço d'Ega	V. Velha de Rodão/ V. Velha de Rodão	83.63	FSC
Sociedade Agrícola da Casta e Rodeio, S.A.	Casta e Rodeio	Chamusca/Carregueira	810.23	FSC

ADERENTE	PROPRIEDADE	CONCELHO/ FREGUESIA	ÁREA FLORESTAL (HA)	CERTIFICADO
Casal do Gavião do Meio – Soc. Agrícola Agro-Florestal Unipessoal, Lda	Casal do Gavião do Meio	Chamusca/Chouto	386.84	FSC
AGROZEL – Agro-Pecuária do Zezére, SA.	Boca da Mata, Cova Seca, Casal Pinto e outras, Torrão, Vale da Calva, Chã de Estacas e outras	Ferreira Zêzere/ Ferreira Zêzere e dornes. Tomar/Paijalvo	452.62	FSC
Nuno Monteiro Coimbra	Rosmaninhal e Cortadores	Chamusca/ UF Parreira e Chouto	1178.79	FSC
	Casal das Lamas	Chamusca/Carregueira	20	FSC
	Herdade dos JUNTOS	Alcochete/Alcochete	406.07	FSC
	Pernancha de Cima	Ponte de Sôr/Foros do Arrão	67.59	FSC
	Convento da Serra	Almeirim/Raposa	4.6	FSC
Mónica e Filhos – Exploração Florestal Lda.	Santa Catarina e Outras	Ferreira Zêzere/ Águas belas, Beco, Igreja Nova do Sobral, Paio Mendes, Pias e Ferreira Zêzere Tomar/Olalhas	93.60	FSC
João Luís Falcão Neves	Casal das Corvas	Chamusca/Parreira	131	FSC
Soc. Agrícola e Imobiliária da Quinta do Pouchão S.A.	Quinta do Pouchão	Abrantes/Alferrarede	106.95	FSC
Herdade da Ameixeira, Sociedade Agrícola, Lda	Herdade da Ameixeira	Abrantes/Pego	372.65	FSC
Florecha Forest Solutions S.A.	Caldelas, Quintã	Abrantes/Rio de Moinhos	28.57	FSC
	Terra do Machado	Ferreira do Alentejo/Figueira dos Cavaleiros	93.34	FSC
	Vale da Carregueira	Chamusca/Carregueira	9.6	FSC
Luís Filipe de Miranda Ferreira de Gouveia Coutinho Herdeiros.	Quinta da Laranjeira e outras	Chamusca/Chamusca, Ulme, Vale de Cavalos e Alpiarça/Alpiarça	602.38	FSC
Saldanhas - Gestão Floresta e Agrícola, Lda	Quinta de Miranda e Caniços	Golegã/Azhinhaga, Torres Novas /Brogueira	231.72	FSC
Maria Zélia Santiago de Freitas	Besteiros de Cima	Almeirim/Raposa	109.32	FSC
JOÃO ANTUNES E FILHOS, LDA	Riscas dos Mougueiros e outras	Castelo Branco/S. Vicente da Beira e Sarzedas, Oleiros/Sarnadas S. Simão	426.32	FSC
ANTÓNIO LUIS MONTEIRO DA SILVA	Horta Velha, Ribeiro da Velha, Pousios e Outras	Tomar/Serra, Junceira, Olalhas e Casais	40.1	FSC
AGRO GANADOS SAG LDA	Quinta dos Ganados, Arroteia	Tomar/U.F Casais e Alviobeira	8.19	FSC
Artur Da Maia Ferreira Rosa	Valadas, Costa	Ferreira do Zêzere/ Ferreira do Zêzere	5.19	FSC
Sara Cipriano	Serra Chã, Arieiro, Penedo do Galo Chão da Serra, Vale Sobreiro e Vale da Figueira	Ferreira do Zêzere/ Ferreira do Zêzere	13.69	FSC

ADERENTE	PROPRIEDADE	CONCELHO/ FREGUESIA	ÁREA FLORESTAL (HA)	CERTIFICADO
Ana Rita Cipriano	Lagoas, Castanheira e Cova	Ferreira do Zézere/ Ferreira do Zézere	11.7	FSC
Sociedade Agrícola da Quinta de Alpompé Lda.,	Quinta de Alpompé	Santarém/S. Vicente do Paul	11.55	FSC
Rosalina da Silva Pereira – Cabeça de Casal da Herança de	Vale da Agudinha, Vale do Armalho, Cova da Fonte e Caniceira	Carvalhal, Santiago de Montalegre	6.25	FSC
Ramiro Lopes Tapada	Parou, Vale de Carril, Vareda, Lameiras, Pedra da Iã, Lagoa, Pinhal grande, Freixo Pinhal delegado, Vale Carneiro	Sardoal/União Freguesias Aldeia do Mato e Souto	3.34	FSC
Gesmai, S.A.	Parou, Vale de Carril, Vareda, Lameiras, Pedra da Iã, Lagoa, Pinhal grande, Freixo Pinhal delegado, Vale Carneiro, Chã da Fonte Santa, Ferrarias, Lameiro do Vaqueiro, Sentieiras, Caroncha, Ceivado, St Cruz, Casal Curtido, Casal da Galhoufa ou Vale da rola, Casal da Mariana, Alojas, Caroncha, Ceivado	Cartaxo/Manique do Intendente, Porto de Mós/ Calvaria de Cima, Batalha/Alfeizerão, Leiria/UF Memória e Colmeias	165.4	FSC
Figaljor – Sociedade Imobiliária, S.A.	Herdade do Passareiro e Torrinha, Herdade do Reinaldo	Évora/Nª Srª da Boa Fé	523.72	FSC
Vulpe, Lda.	Quinta do Ripilau	Cartaxo/Vila Chã de Ourique	108	FSC
Antónia Valente de Castro Vidal de Castro	Casal das Freiras	Tomar/U.F. Madalena e Beselga	23.64	FSC
Maria de Lourdes Gomes da Costa Delgado	Várzeas, Poco, Bica, Vale da Amieira	Ferreira do Zézere/União Freguesia Areias e Pias e Junceira	7.7	FSC
Manuel José Tanqueiro Esteves	Gavião, Vale Coleias, Vale Porco, Vale das Mós e Vale Tourisco	Sardoal/União Freguesias Aldeia do Mato e Souto	113.92	FSC
Bewa Investimentos, Lda	Matana, Portomar, Lameiras de Baixo, Valadas	Ferreira do Zézere/Igreja Nova do Sobral	7.27	FSC
José Monteiro Antunes Ferreira	Arneiro da Volta, Vale das Mos, Cimo do Vale, Correguinhas, Vale da Cerejeira	Abrantes/Raposa, Carvalhal, São Vicente, Rio de Moinhos, Aldeia de Mato	33.71	FSC
Ana Filipa Magalhães do Amaral Netto Taína	Casal do Gavião de Baixo	Chamusca/UF Parreira e Chouto	484.84	FSC
Agostinho Espadinha d' Oliveira, Lda.	Vale Paredes, Vale do Junco, Besteiros, Chaminé, Abegoaria de baixo	Abrantes/Bemposta	215.04	FSC
	Vale das Porcas,	Ponte de Sôr/Tramaga	162.395	FSC

ADERENTE	PROPRIEDADE	CONCELHO/ FREGUESIA	ÁREA FLORESTAL (HA)	CERTIFICADO
ZEA – Sociedade Agrícola Unipessoal, Lda	Herdade da Mitra	Évora	217,66	FSC
HMNORTE - FLORESTAS, LDA	Herdade de Marvila Norte e Sul e Amieira	Ponte de Sôr/UF Ponte de Sôr, Tramaga e Vale de Açor	438.79	FSC
	Herdade de Marvila Sul e Amieira	Ponte de Sôr/UF Ponte de Sôr, Tramaga e Vale de Açor	545	FSC
F.A. NETO - SOCIEDADE AGRÍCOLA LDA	Casal do Junco	Chamusca/Ulme	609.38	FSC
João Maria Pinto Basto Mascarenhas	Arneiro Alto	Chamusca/Parreira	79.83	FSC
Quinta Nova de Benfica – Sociedade Agrícola, Lda	Herdade das Rosas	Almeirim/Raposa	201.21	FSC
S.S.A. - SOCIEDADE DE SERVIÇOS AGRICOLAS, S.A.	Casal Velho e Arrancada	Chamusca/UF Chamusca e Pinheiro Grande	1079.33	FSC
	Gralhas	Crato/Aldeia da Mata	66.94	FSC
	Coutada da Areia	Crato/Vale do Peso	478.95	FSC
	Ameixial	Crato/Monte da Pedra	110.75	FSC
	Cabeço d'Águia	Crato/Monte da Pedra	163.39	FSC
	Couto Canari	Crato/Vale do Peso	109.06	FSC
	Tapada Maria da Cunha	Crato/Gáfete	21.84	FSC
Soc. Agro-Florestal Vale Mulheres, Lda.	Várzea da Cruz Sul	Coruche/Santana do Mato	83.38	FSC
	Herdade da Várzea da Cruz Norte	Coruche/Santana do Mato	78.98	FSC
	Herdade de Vale das Mulheres	Coruche/Santana do Mato	474.27	FSC
	Sabachão de Cima	Coruche/Santana do Mato	218.62	FSC
Manuel Tavares Veiga – Sociedade Agrícola, Lda	Herdade das Talasnas	Chamusca/UF Parreira e Chouto	598.18	FSC
Idalina Cotrim Leitão Ramos	Carvalheira, Sesmarias, Carvalha, Balouco e Lameira	Ferreira do Zêzere/Água Belas	4.8	FSC
Francisco Duarte Santos Gomes -Cabeça de Casal da Herança de	Horta da Serra e Lameiras Na Sra do Pranto	Ferreira do Zêzere/Nª Sra do Pranto	9.892	FSC
Carlos Fernandes da Silva Farinha Ferreira	Mata, Gravulha, Águas Belas	Ferreira do Zêzere /Águas Belas	5.03	FSC
Ana Cristina Ferreira Esteves Martins de Jesus	Gavião, Vale Coleias, Vale Porco, Vale das Mós, Covão, Lagar Cimeiro ou Ribeira, Monte Trigo, Açude, Fojo, Samoucos, Vale da Cré, Porto Escuro Cimeiro, Soalheira, Lameiras e Vales	Abrantes/União das Freguesias de Aldeia do Mato e Souto	21.66	FSC

ADERENTE	PROPRIEDADE	CONCELHO/ FREGUESIA	ÁREA FLORESTAL (HA)	CERTIFICADO
Sociedade Agro Pecuária Hermínio Minderico, Lda	Quinta do Outeiro	Santarém/União das Freguesias de São Vicente do Paul e Vale de Figueira	9.81	FSC
Alterclovis Unipessoal, Lda.	Herdade do Monte Novo da Malhada Alta e Herdade das Courelas da Fonte Santa	Alandroal/Terena e UF Alandroal (Nossa Senhora da Conceição), São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) e Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)	1587.61	FSC
Sérgio de Jesus Domingues	Terra Larga	Abrantes/UF de São Vicente, São João e Alferrarede	98.249	FSC
João Carlos Oliveira Nogueira	Coador	Abrantes/UF de São Vicente, São João e Alferrarede	4.09	FSC
PAURUI – Madeiras e Lenhas, Lda	Terra Larga	Abrantes /UF de São Vicente, São João e Alferrarede	15.88	FSC
Hélder Luis Vences Pereira	Vale do Mendo, Horta da Mina, Vale da Carapinha, Moledo, Várzea, Brejos e Rebique	Mação/Envendos	21.08	FSC
Cristóvão Henriques Pires	Casal da Estrada	Ferreira do Zêzere /Igreja Nova do Sobral	2.41	FSC
ANTASOBRAL - SOCIEDADE AGROPECUÁRIA, S.A.	Trancoes, Sobral e Frei José Elias e Mergulhoas	Castelo de Vide /S. João Baptista	543.69	FSC
Luís Manuel Forjo Simões Baião	Fonte da Figueira, Carvalha e Ribeiro das Hortas	Ferreira do Zêzere /UF Areias e Pias	21.71	FSC
Maria Alice Nunes Ferreira	Portela	Ferreira do Zêzere /Ferreira do Zêzere	2.68	FSC
Catarina Isabel da Cruz Cipriano	Lameiras, Pardieiro e Vale da Telha	Ferreira do Zêzere /Ferreira do Zêzere	11.79	FSC
João Miguel Cotrim Martins	Casal Ascenso Antunes	Ferreira do Zêzere /Nª Sra. Do Pranto	0.87	FSC
Manuel Agostinho Ribeiro Duarte	Vale da Castelhana, Vale dos Ninhos, Ameixieiras, Ribeiro Gil, Serra do Sobral, Vale das Colmeias, Olheiro Mourolinho e Outeiro Sabado	Ferreira do Zêzere/Igreja Nova do Sobral, Tomar/Olalhas	7.27	FSC
Mafalda Guedes Monteiro Coimbra	Casal Pinto	Golegã/Azinhaga	65.07	FSC
Maria da Conceição da Costa Godinho Martins	Salgueirinho, Vale do Olival e Serra de Santa Catarina	Ferreira do Zêzere /Água Belas	10.08	FSC

ADERENTE	PROPRIEDADE	CONCELHO/ FREGUESIA	ÁREA FLORESTAL (HA)	CERTIFICADO
SOC. AGR. SOBRAL DOS RICOS E COURELA DAS SESMARIAS, LDA	Herdade do Sobral dos Ricos	Montemor-o-novo /S. Cristovão	170.94	FSC
SOCIEDADE AGRICOLA DOS CORDEIROS DA CHARNECA LDA	Herdade dos Cordeiros da Charneca	Montemor-o-novo /UF de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras	142.5	FSC
SOCIEDADE AGRO-FLORESTAL VILA GLORIA, LDA.	Couto do Vale Figueira	Crato/Crato e Mártires	198.52	FSC
Fernando Ferreira Pires	Morcega, Gavião, Ribeira da Ponte, Vale Carro, Ribeira da Lousa, Alto das Cruzes	Tomar, Ferreira do Zêzere, V.N. Barquinha	12.11	FSC
Soc. Agro-pecuária Marques e Valentim, S.A.	Herdade das Balsas	Chamusca/Ulme	355.96	FSC
Colvi Sociedade Agrícola, Lda.	Vale das Porcas, Casal do Outeiro e Casal do Vale das Porcas	Chamusca/Chouto	1616	FSC
Flexituris – Turismo Rural e Actividades Cinegéticas, Lda	Herdade da Amendoeira	Arraiolos/Arraiolos	182	FSC
Maria Cristina Freitas Rodrigues	Vale Poços	Tomar/Olalhas	3.04	FSC
Maria João Guerreiro e Gago de Brito Lima, CCH de	Aranhas de Cima	Abrantes/Bemposta	239.1	FSC
Ramiro José Pinheiro Bairrão	Vale umbrel e Casal do Vale das Porcas	Abrantes/Bemposta e Chamusca/Chouto	20.44	FSC
Manuel Joaquim de Almeida Pulido CCHde	Herdade da Magra	Beja/Baleizão e Nª Srª das Neves	101.6	FSC
António José da Graça Custódio	Herdade dos Gagos e Várzea Larga, Paço dos Negros e Vale Vidro	Almeirim/Fazendas Almeirim e Coruche/Erra e Chamusca/Carregueira	86.85	FSC
Sociedade Agrícola da Quinta do Arripiado, Lda.	Quinta do Arripiado	Chamusca/Carregueira	74.9	FSC
Carlos Ramos	Casal da Bica	Tomar/Olalhas	0.24	FSC
Maria de Violante de Melo e Castro Salazar Lebre	Quinta Nova	Alvaiázere/Pussos São Pedro	25.71	FSC
Simão Marques Alexandre	Vale de Cortiço, Montalegre, Vale de Cizerão, Marco Branco, Bica	Gavião/Belver	7.38	FSC
Monte do Perdigão, Lda	Monte do Perdigão	Évora/UF NS Tourega e NS Guadalupe	124.586	FSC
Maria Teresa Farinha Pereira Sousa Falcão Miguel Trovão	Monte do Brejo - Tojeiras de Baixo	Chamusca/UF Chouto e Parreira	300.88	FSC
Marcus Soares de Albergaria de Noronha da Costa	Herdade das Palhas	Chamusca/UF Chouto e Parreira	192.17	FSC
Colinas Ancestrais, Lda	Aranhas	Abrantes/Bemposta	21.2	FSC
Maria Mendes Varela	Hortas de cima, do meio, de baixo	Ponte de Sôr/Montargil	8.2	FSC
Prowood, Lda.	Porto de Carro, Vale Colmeia, Vale Fernandes e Francelheira	Tomar/Olalhas	1.9	FSC
Albertino da Conceição Veríssimo	Serra St Catarina	Ferreira do Zêzere/Igreja Nova Sobral	2.12	FSC

ADERENTE	PROPRIEDADE	CONCELHO/ FREGUESIA	ÁREA FLORESTAL (HA)	CERTIFICADO
Fernando Manuel José Rodrigues	Tronchão Casal da Bica	Tomar/Olalhas	1.49	FSC
JHM – Produção Agrícola e Florestal, Lda.	Anafe de Baixo	Chamusca/UF Chouto e Parreira	56.64	FSC
Carlos Godinho Rosa	Casal dos Passarinhos, Vales e Matana	Ferreira do Zêzere/Ferreira do Zêzere	1.9	FSC
Maria do Rosário Cortez Pinto	Quinta do Cerquito	Ferreira do Zêzere/Paio Mendes	8.5	FSC
Cabanas e Ligeiro, Sociedade Agro-pecuária, Lda.	Herdade de Cabanas	Évora UF de NS Tourega e NS Guadalupe	600.32	FSC
Nuno Pena Monteiro, Unipessoal, Lda	Laveiros, Atalho e Braçal	Vila Nova Barquinha/Atalaia	17.74	FSC
Manuel Rodrigues António e Filhos Lda	Zebrinho	Coruche/S.José da Lamarosa	21.79	FSC
SOCIEDADE AGRICOLA DE ALMENDRES SA	Almendres I	Évora/UF de NS Tourega e NS Guadalupe	499.27	FSC
	Almendres II		236.87	FSC
	Almendres III		101.42	FSC
VALGADÃO NATUREZA UNIPESSOAL LDA	Barroqueiras	Fundão/Orca	22.7	FSC
	Ferreira do Zêzere	Ferreira do Zêzere/Ferreira do Zêzere	40.54	FSC
Sociedade Agrícola do Vale de Inguinhos, Lda.	Vale da Lama	Chamusca/Vale de Cavalos	314.78	FSC
Maria da Conceição Pedroso Mascarenhas de Sousa Falcão – CCHde	Casal Novo das Tojeira de Baixo	Chamusca/UF Chouto e Parreira	212.83	FSC
António Manuel Rosa Duarte	Junco e Geraldo	Chamusca/UF Chouto e Parreira	204.12	FSC
Santa Casa Misericórdia da Vila da Chamusca	Casal do Crespo	Chamusca/Ulme	303.19	FSC
Brava, S.A.	Herdade da Brava	Mértola/Mértola	1453.55	FSC
JORGE MANUEL ALVES PINHEIRO PRATAS, CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA	Casal do Vale das Porcas e anafe	Chamusca/UF Chouto e Parreira	58.19	FSC
Maria Inês Martins Marçal Ferreira Cotrim	Pomar e Vale Perro	Ferreira do Zêzere/Nª Sraª do Pranto	14.49	FSC
Maria José de Queiroz Sousa Canedo Dias Rato – CCH de,	Pomar	Ferreira do Zêzere/Nª Sraª do Pranto	5.4	FSC
Joana Maria Martins Marçal Ferreira Cotrim	Quinta da Mata	Ferreira do Zêzere/Nª Sraª do Pranto	9.6	FSC
Maria Manuela Pratas Matos	Casal Novo e Aranhas	Chamusca/Ulme	60.03	FSC
Sicarze – Soc. Industrial de Carnes do Zêzere, S.A.	Conjeiteira, Decumbada e Cumbada	Ferreira do Zêzere/Águas Belas	4.61	FSC
Maria Helena Vandevelde Marques Mayer de Carvalho, CCH de	Herdade da Courela	Abrantes/UF S Facundo e Vale das Mós	72.89	FSC
José Vicente Costa, CCH	Casal do Alegre	Chamusca/Ulme	74.80	FSC
AGRISOBRO SOC AGRICOLA LDA	Colmeiro	Vila Nova da Barquinha/ Vila Nova da Barquinha	84.24	FSC

ADERENTE	PROPRIEDADE	CONCELHO/ FREGUESIA	ÁREA FLORESTAL (HA)	CERTIFICADO
Berta Caiado Gago Falcão de Campos - Cabeça de Casal da Herança de	Casal de Vale Porquinho	Chamusca/UF Chouto e Parreira	64.38	FSC
Casa Agrícola Alves Meira	Casal Moreira	Almeirim/Fazendas de Almeirim	18.04	FSC
Fábio de Jesus Santo Correia	Frade	Alpiarça/Alpiarça	1.77	FSC
Gabriel Oliveira Lopes	Parreira	Chamusca/UF Chouto e Parreira	2.08	FSC
Aptidão Exemplar, Unipessoal, Lda.	Herdade dos Besteiros	Almeirim/Raposa	130.1	FSC
José C. P. Bairrão – Unipessoal, Lda.	Pego da Caldeira	Ponte de Sôr/Foros do Arrão	18	FSC
Mariana Nunes Pereira CCH	Anafe, Gaviãozinho e Pernancha	Chamusca/UF Chouto e Parreira	108.76	FSC
Maria Cristina Gago de Sousa Guerreiro Robalo Ferreira	Casal das Aranhas de Cima	Abrantes/Bemposta	23.9	FSC
Carlos de Avelar da Costa Freire Correia	Herdade da Zambaninha	Coruche/UF de Coruche, Fajarda e Erra	67.2	FSC
Companhia Agrícola da Barrosinha, SA	Barrosinha e anexas	Alcácer do Sal/UF de Alcácer do Sal e Santa Susana	1261.40	FSC
Manuel Lopo de Carvalho, Lda.	Areias	Ferreira do Zêzere/UF areias e Pias	6.62	FSC
CASA AGRÍCOLA HENRIQUES BAIRRÃO, LDA	Franqueiro e Pucariça	Crato/Monte da Pedra	484.79	FSC
João Quintino Rogado Freire Moreira	Herdade do Terrafeirinho de cima, do Meio e de Baixo	Coruche/UF de Coruche, Pajarda e Erra	333.66	FSC
ZELLIV, Lda.	Herdade de Cadouços	Abrantes/Bemposta	387.18	FSC
Chã da Murta, Unipessoal Lda.	Vale da Vaca	Chamusca/Carregueira	155.28	FSC
Maria Fernanda Coimbra De Castro Canelas	Talasnas, Estalagem e Caneira	Chamusca/UF Chouto e Parreira	461.90	FSC
Clara Maria Gil Ferreira Fernandes Pereira Coutinho Granado	Herdade de Vale Ranas e Monte da Vinha	Alcacer do Sal/Torrão	213.63	FSC
Sociedade Agrícola Herdade de Jungens e Amendonça, Lda.	Herdade da Amendonça e Herdade de Jungens	Montemor/S. Cristovão e Alcácer do Sal/ UF de Alcácer do Sal, e Santa Susana	649.00	PEFC
Mariana Mirrado Canas, Sociedade Agrícola - Unipessoal, Lda.	Casal da Feia	Chamusca/Chamusca	54.149	FSC
Maria Leonor Falcão de Vilhena Beja da Costa Albuquerque	Vale Palheiros, Monte velho de Baixo, Zambujeiro	Santiago do Cacém e Grândola	72.21	FSC
Hendrick Adriaan Van Beuningen	OUTEIRO DA ESQUILA	Arraiolos	108.90	FSC

ADERENTE	PROPRIEDADE	CONCELHO/ FREGUESIA	ÁREA FLORESTAL (HA)	CERTIFICADO
Castelo Ventoso - Sociedade Agrícola, Lda.	Herdade do Castelo Ventoso	Évora/S. Bento do Mato	303.70	FSC
NLFARMS, Lda.	Herdade do Goulão	Évora/S. Bento do Mato	220.30	FSC
Sociedade Agropecuária Da Corujeira E Defesa S.A.	HERDADE DA DEFESA DO DEGEBE	Évora/União das freguesias de São Manços e São Vicente do Pigeiro	705.90	FSC
Eduardo Pratas	Casal do Anafe e outras	Chamusca e Foros do Arrão	65.861	FSC
Afonso Ferreira & Constantino Martins – Imóveis e Eventos, Lda.	Vale das Donas	Abrantes/UF S. Miguel Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	115.68	FSC
Sociedade Agrícola Quinta do Carmo, S.A.,	Herdade das Carvalhas e outras	Estremoz/Glória e Arcos, Borba/Rio Moinho	544.24	FSC
Letras Peregrinas - Unipessoal Lda.	Vale Janeiro, Eira do Gato, Cheira e Ao vale Junqueiro	Mértola/Mértola	152.7	FSC
AGRIF – Sociedade Agrícola, Unipessoal, Lda.	Couto do Vale Ovelheiro	Crato/Gáfete	306.74	FSC
Jorge António Maia de Matos Lopes	Cascalheira	Chamusca/Ulme	7.23	FSC
Manuel Custódio Oliveira	Salvador, Parreira	Chamusca/UF Chouto e Parreira	7.55	FSC
Rui Azinheira	Quinta de S. João	Entroncamento/N.S. de Fátima S. João Baptista	27.96	FSC
Rudiana – Serviços, Lda.	Herdade do Malhadio do Monteiro Mor e Quinta de Santo Antonio	Salvaterra de Magos/Muge, Abrantes/Bemposta	305.66	FSC
João Manuel de Freitas Simões	Paço dos Negros	Almeirim/Fazendas de Almeirim	7.06	FSC
Dionísio Manuel Francisco Soares	Casal de Payres	Chamusca/Ulme	41.39	FSC
Olívio João Gonçalves Madeira	Casal da Boavista	Chamusca/UF Chouto e Parreira	8.07	FSC
Sociedade de Investimentos Copeiro, Lda.	Herdade do Copeiro	Abrantes/Bemposta	429,49	FSC
Paulo Alexandre Casqueiro Fardilha	Casalinho, Águas Vivas	Alpiarça e Chamusca/Vale de Cavalos	40,81	FSC
Manuel Lopes da Rosa	Herdade dos Gagos	Almeirim/Fazendas de Almeirim	6,84	FSC
Agostinho Prates Cardoso	Avolas	Santarém/União das Freguesias de São Facundo e Vale das Mós	3,34	FSC
Sociedade Agroflorestal do Picão, Lda.	Herdade do Giz e Picão	Avis/figueira e Barros e Portalegre/Fronteira	63,64	FSC

2.2. DESCRIÇÃO DA OCUPAÇÃO E DO USO DO SOLO

As espécies mais representativas na área do Grupo são o Sobreiro em povoamentos puros e mistos, seguida do Eucalipto, seguidas de povoamentos mistos com Pinheiro bravo e/ou Pinheiro manso. Na tabela pode observar-se a ocupação por espécie dentro do Grupo.

Área	ÁREA DE EUCALIPTO	ÁREA DE SOBREIRO	ÁREA DE P BRAVO	ÁREA DE P MANSO	OUTRAS ESPÉCIES
ha	10 674,1	32 450,6	1 069,1	3 619,3	3 317,7
%	20,9	63,5	2,1	7,1	6,5

2.3. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA

As propriedades que constituem o Grupo ACHARsgf encontram-se distribuídas pelas NUTS II Alentejo e Centro e pelas NUTS III Médio tejo, Alto Alentejo, Alentejo Central, Lezíria do Tejo, Península de Setúbal, Pinhal Interior Sul e Beira Interior Sul.

Segundo o PROF do Ribatejo que abrange, entre outros, os concelhos de Abrantes, Chamusca e Benavente, Golegã e Torres Novas podemos caracterizar esta região onde se insere a Lezíria do Tejo da seguinte forma:

O Ribatejo apresenta índices de envelhecimento preocupantes e variações negativas na densidade populacional na maior parte dos concelhos. Apenas alguns concelhos mais próximos da área metropolitana de Lisboa, apresentam uma variação positiva da população residente, nomeadamente nos concelhos de: Benavente e Azambuja, assim como Ourém.

A sua população corresponde maioritariamente um nível médio de escolaridade equivalente ao ensino básico.

É generalizado o decréscimo da população agrícola no período de 1989 a 1999 em consonância com o que se passa no resto do país.

A tendência manifestada pelo maior peso do sector primário na Lezíria do Tejo quando comparada com o Médio Tejo verifica a maior importância da actividade agrícola quando comparada com a actividade florestal. Se é verdade que a importância relativa da actividade silvícola é maior no Médio Tejo do que na Lezíria do Tejo, é de destacar que em alguns concelhos da Lezíria do Tejo, nomeadamente Coruche, Rio Maior e Chamusca a actividade silvícola é importante quer em termos relativos quer em termos absolutos.

É possível identificar zonas predominantemente florestais: Abrantes, Constância, Sardoal e Ferreira do Zêzere no Médio Tejo e Chamusca na Lezíria do Tejo. É de referir que para este conjunto enquanto nos dois primeiros concelhos a representação económica do sector silvícola é superior à componente agrícola nos dois últimos (Sardoal e Chamusca) a situação é inversa o que pode evidenciar também sub aproveitamento dos valores florestais presentes.

Destacam-se como produtores de madeira praticamente todos os concelhos do Ribatejo com exceção de Abrantes, Coruche e Cartaxo que se evidenciam como produtores de cortiça e com igual peso Chamusca e Benavente.

Destacam-se, relativamente à Superfície Agrícola não Utilizada e em termos relativos, os concelhos de Ourém, Entroncamento, Azambuja, Sardoal, e Rio Maior, Torres Novas e Alcanena. Em termos absolutos e ainda relativamente à Superfície Agrícola não Utilizada é de considerar as áreas existentes nos concelhos dando especial destaque às áreas existentes nos concelhos de Abrantes, Ourém, Torres Novas, Azambuja, Coruche, Chamusca, Rio Maior e Santarém. Esta Classe de Uso de solo pode corresponder potencialmente a áreas reconvertíveis em áreas Florestais.

Pelo PROF do Alto Alentejo que abrange entre outros, os concelhos de Crato e Nisa podemos verificar o seguinte:

Na região a Sul do Tejo, as áreas florestal e agro-florestal ocupavam 32% do território, identificando-se uma ocupação potencial de 71%.

As sucessivas reformas da PAC, têm posto em evidência o que as condições naturais deixavam prever, isto é, que muitos dos sistemas de produção agro-pecuária, praticados, tornaram-se economicamente inviáveis, levando consequentemente a um sucessivo abandono das terras, em particular nos solos marginais, para a agricultura, ficando disponíveis para outros usos.

No Alentejo dominam as terras aráveis de sequeiro (cerca de 70%) e a floresta, sendo a área regada uma parte muito diminuta – menos de 10% da superfície agrícola utilizada.

A população é a razão de todo o processo de desenvolvimento, a falta de população constitui um entrave para que o desenvolvimento aconteça em regiões com baixa densidade populacional, como é o caso do Alentejo. Além disso, a população concentra-se essencialmente nos centros urbanos: a população das cidades de Portalegre (17.242 hab), Elvas (14.011 hab) e Ponte de Sôr (8.805 hab), correspondem a 31,5% da população da região.

O Alto Alentejo é a região do Alentejo onde se encontra uma maior densidade de população rural, em particular na zona da Serra de S. Mamede (associado às características da estrutura fundiária), Gavião e Nisa (que correspondem também a concelhos muito envelhecidos e que por isso apresentarão decréscimos significativos, no médio prazo, da população rural) e ainda a zona de Campo Maior (devido à elevada actividade agrícola e industrial).

No caso do Alentejo, o peso do volume de trabalho proveniente da silvicultura é significativamente maior do que no Continente. Dadas as características da região, grande parte do Valor Acrescentado é proveniente da produção de cortiça, ao contrário do que acontece no resto do país, onde o maior peso se refere a produção de madeiras e lenhas.

O Alentejo Central, onde se inserem os concelhos Montemor-o-novo, vendas Novas e Évora, é a região PROF onde, comparando os Recenseamentos Gerais da População de 1991 e 2001, verifica-se que durante a última década, a população se manteve praticamente inalterada.

A densidade populacional da região é relativamente baixa, não ultrapassando 24 hab/km².

No entanto, a população da região concentra-se essencialmente nos centros urbanos: a população das cidades de Évora (47.806 hab), Montemor-o-Novo (11.040 hab), Vendas Novas (10.852 hab) e Estremoz (9.011 hab), correspondem a 45,3% da população da região.

A população encontra-se muito envelhecida: 23,0% da população da região tem mais de 65 anos (40.007 habitantes).

Apesar de se ter verificado um acréscimo da população activa durante a década de 90, este crescimento foi muito desigual nesta região. A análise dos resultados a nível de freguesia evidencia novamente a crescente urbanização do Alentejo, verificando-se, por um lado, um aumento da população activa em todas as freguesias sedes de concelho, à exceção de Viana do Alentejo e um significativo decréscimo em quase todas as freguesias rurais. É ainda de realçar o acréscimo de população activa no eixo Vendas Novas – Évora, com particular relevância em Montemor-o-Novo.

A área média por exploração é de 39,2 ha, o que denota uma área média nas explorações da região, cerca de 5 vezes superior à média das explorações do Continente (8,6 ha) (INE, 1989). Apesar de coexistirem na região um pequeno número de explorações com área bastante elevada, e um número bem maior com uma área relativamente pequena (INE, 1989), o Alentejo dispõe de melhores condições fundiárias que a maioria das outras regiões do país. Porém, a rendibilidade dessas explorações não é a melhor, dado que cerca de 85% delas apresentam níveis de rendimento abaixo do salário médio bruto não agrícola nacional, explorações essas que são representativas de cerca de 21,5% da Superfície Agrícola utilizada da região (CCRA, 1996).

A Beira Interior Sul, onde se insere o concelho de Castelo Branco, é a Região PROF com menor densidade populacional dentro da NUTS II Centro. Apenas no concelho de Castelo Branco se verificou um acréscimo positivo na densidade populacional na última década.

No que respeita ao índice de envelhecimento esta região também apresenta uma população mais envelhecida quando comparada com as restantes regiões PROF, excepto a do Pinhal Interior Sul. Neste sentido, ao nível do planeamento, é importante tomar medidas que visem a fixação das populações, sobretudo a população jovem.

No PROF da Beira Interior Sul, no que concerne ao planeamento o enquadramento macroeconómico estabelece algumas indicações de carácter estratégico, nomeadamente ao nível da distribuição de recursos pelas diferentes medidas a implementar. Neste caso o factor que mais se evidencia é o elevado nível de emprego do sector primário.

O PROF Área Metropolitana de Lisboa, corresponde à área com maior densidade populacional de Portugal.

No entanto, mais importante que a densidade populacional actual, interessa analisar a dinâmica da população nos últimos anos. Ao longo dos últimos 20 anos tem havido uma perda de população do concelho de Lisboa e um ganho significativo dos concelhos limítrofes.

Um facto importante na análise sócio-económica com relevo para o sector florestal, é o peso da população activa empregada no sector agro-florestal (Ramo A da CAE), e à medida que nos

afastamos do arco ribeirinho de Lisboa aumenta o peso da população activa empregada no sector. Nota-se também, que este facto, é mais acentuado na margem sul do Tejo.

É essencialmente nos concelhos que são a continuação da peneplanície alentejana, que o sector florestal assume maior relevo (Montijo e Palmela). Cruzando esta informação com as áreas florestais por espécie, facilmente chegamos à conclusão que é o montado de sobre que explica este facto, revelando-se desta forma a fileira que maior relevo assume nestes concelhos.

No PROF Pinhal Interior Sul é possível verificar que o concelho com maior densidade populacional é o de Sertã, com mais de 30 hab/Km². Os concelhos com valores mais baixos são os de Oleiros, Vila de Rei e Mação, com menos de 15 hab/km².

Em todos os concelhos houve um decréscimo (inferior a 20%) na densidade populacional, ao longo da última década. O concelho com menor decréscimo percentual foi o de Sertã, ou seja, o mais densamente povoado.

O índice de envelhecimento é superior a 100 em todos os concelhos desta região, sendo superior a 322 em Mação e Oleiros. A Sertã, é também o que apresenta população menos envelhecida, tendo, apesar disso, um índice de envelhecimento superior a 180.

Comparando o índice de envelhecimento do Pinhal Interior Sul com o de outras regiões PROF na NUTS II Centro, verifica-se que, esta região é a que apresenta a população mais envelhecida. O índice de envelhecimento desta região é duas vezes e meia maior do que o do país e duas vezes superior ao da NUTS II Centro.

Na região PROF do Pinhal Interior Sul a área agrícola ocupa 35,8% da área total da região sendo que a floresta nas explorações agrícolas representa 26,7%.

Ao nível da estrutura fundiária, verifica-se que a superfície agrícola utilizada (SAU) apresenta uma elevada dispersão, sendo que cerca de 90% dos blocos têm menos de 0,5 ha.

A distribuição geográfica da superfície total média das explorações permite identificar o concelho da Sertã como aquele onde predominam as explorações nas classes mais baixas. A restante área da região PROF é bastante heterogénea ao nível da distribuição deste parâmetro, distinguindo-se alguns núcleos homogéneos mas que englobam poucas freguesias. Em termos da utilização das terras, ao nível da região PROF, domina a floresta (75%), sendo que, ao nível dos concelhos, o valor mais baixo regista-se em Proença-a-Nova (61%).

Ao nível das dinâmicas registadas no período 1989-1999, o número de explorações agrícolas nesta região PROF sofreu uma diminuição generalizada de 28,5% (figura 5), sendo a maior contribuição a dos concelhos de Proença-a-Nova e Sertã.

3. OBJECTIVOS DO GRUPO ACHARSGF

A Unidade de Gestão Florestal do Grupo ACHARsgf (constituída por todas as explorações dos Aderentes) tem como objectivo a gestão sustentável dos seus recursos procurando a optimização das funções económicas, ambientais e sociais do seu património florestal, da seguinte forma:

- ✓ Ampliar o conhecimento do proprietário ou produtor sobre as potencialidades da sua propriedade e recursos que administra;
- ✓ Aumentar o rendimento;
- ✓ Incrementar os serviços e externalidades positivas dos espaços florestais e a sua defesa contra agentes bióticos e abióticos;
- ✓ Garantir a integração de todas as condicionantes legais oriundas de legislação especial ou do planeamento territorial;
- ✓ Recuperar as áreas afectadas por pragas e doenças ou incêndios;
- ✓ Recuperar o potencial produtivo dos povoamentos que se encontrem abaixo do estimado para a região;
- ✓ Promover e melhorar o valor ambiental dos espaços;
- ✓ Implementar um ou mais sistemas de certificação florestal.

4. GESTÃO

4.1. REQUISITOS LEGAIS

A ACHAR, enquanto entidade gestora do Grupo mantém actualizada a Lista de Legislação Aplicável, informando os aderentes sempre que haja alterações legais com impacte nas actividades de gestão florestal. A legislação nacional mais relevante encontra-se na *intranet* do Grupo, estando toda a legislação disponível no site www.dre.pt.

Para além da legislação nacional, as obrigações legais e administrativas relativas a acordos internacionais relevantes são alvo de igual atenção.

As áreas contínuas máximas são definidas de acordo com o art. 17 do DL 17/2009 de 14 de Janeiro.

4.2. PLANEAMENTO

O Plano de Gestão Florestal (PGF) é uma peça central de planeamento e gestão onde se estabelecem, entre outros, os objectivos de gestão (de acordo com Política do Grupo), as principais funções dos diversos espaços florestais, a sequência de intervenções previstas, respectivas responsabilidades, actividades de monitorização do Plano e acções de melhoria do desempenho, assim como uma previsão de custos e receitas anuais. O PGF é sujeito a um processo de revisão periódica, no entanto, podem ocorrer revisões extraordinárias em resultado da sua operacionalização e das actividades de monitorização.

4.3. CONSERVAÇÃO E GESTÃO DOS VALORES ECOLÓGICOS

A conservação da biodiversidade é um objectivo a atingir em todas as áreas, sendo o risco de incêndio florestal um factor importante a ter em conta na sua gestão. A aplicação de boas práticas florestais minimiza os impactos ambientais negativos associados às actividades florestais, nomeadamente sobre a qualidade da água e dos solos. Com as acções desenvolvidas pretende-se:

- Garantir a diversidade vegetal arbustiva no sob coberto através da selecção de espécies e utilização de técnicas mais adequadas no controlo da vegetação.
- Manutenção da diversidade nas zonas de linhas de água, gerindo as espécies e exemplares com maior valor económico e em simultâneo um sub-bosque arbustivo diversificado.
- Identificar árvores longevas e cavernosas, garantindo a sua preservação e manutenção, garantindo sempre as boas condições fitossanitárias.
- Garantir a qualidade da água evitando a mobilização junto das linhas de água e zonas de protecção e utilizar fitofármacos “amigos do Ambiente”.

4.4. ÁREAS DE ALTO VALOR DE CONSERVAÇÃO

De acordo com a Metodologia para a Definição e Identificação dos Atributos de Alto Valor de Conservação desenvolvida no âmbito da documentação do Grupo ACHARsgf e com base na Interpretação Nacional de Florestas de Alto Valor de Conservação, foram identificadas na área de gestão do Grupo ACHARsgf, áreas de alto valor de conservação (AAVC) de diferentes categorias 1, 3 e 6.

A Herdade da Laje da Prata, está inserida na área classificada de protecção especial o Sítio de Nisa / Laje da Prata. O carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) está presente nesta zona em comunidades, extreme ou associado ao sobreiro (*Quercus suber*), ou mesmo à azinheira (*Quercus rotundifolia*) (6310), a qual ocupa as zonas mais secas. Este Sítio tem ainda a particularidade de conter áreas onde o carvalho-negral ocorre sob a forma de montado, formações raríssimas a nível nacional. São de realçar ainda as comunidades herbáceas da ordem Isoeto-Nanojuncetea que estão bem representadas neste Sítio.

Sítio de ocorrência histórica de lince-ibérico (*Lynx pardinus*) e que mantém características adequadas para a sua presença.

AAVC1 + AAVC3

Foi constituída como AAVC1 “Áreas incluídas na Rede Natura 2000 e nela existam um ou mais valores de conservação de carácter excepcional” e como AAVC3 “Áreas incluídas ou que contém ecossistemas raros, ameaçados ou em perigo de extinção”, uma área com cerca de 91 ha composta por sobreiro e carvalho negral em que o atributo principal são manchas puras contínuas de carvalho negral. Esta área inclui ainda uma zona de afloramentos rochosos notáveis.

AAVC6

Na Herdade da Crucieira foi constituída uma AAVC 6 “Áreas que desempenham um papel importante na identidade cultural das comunidades locais ou áreas específicas para que a comunidade satisfaça as suas necessidades culturais”. A delimitação corresponde à área envolvente à Capela de N.ª Sr.ª dos Mártires e que é utilizada para a realização das festas que decorrem durante o mês de Maio.

Na Casa Cadaval estão delimitadas duas áreas de AAVC 6, a “Moita de Sebastião” e “Cabeço da Amoreira”, que fazem parte do importante conjunto arqueológico que constituem os concheiros de Muge que pelo seu estado de conservação e interesse estão cercadas e são objecto de acompanhamento.

Na Antasobral está delimitada uma área de AAVAC 6, a “Anta da Nave do Grou/ Sobral ” trata-se de uma Anta sem corredor, de pequenas dimensões, de câmara poligonal irregular.

O monumento é composto por sete esteios de granito in situ; a laje de cobertura foi recolocada em Maio de 1992. Não foi identificado corredor. A câmara possui em planta uma forma circular. Encontra-se classificada como monumento nacional estando cercada, mas com um portão que permite o acesso pedonal.

Na Herdade das Courelas da Fonte Santa, está delimitada uma área de AAVAC 6, a Rocha da Mina - Herdade das Courelas da Fonte Santa, Santuário rupestre implantado num esporão rochoso com vertentes abruptas, cuja área habitável é extremamente reduzida. São visíveis vestígios de muros de xisto, uma escadaria e pavimentos talhados na rocha. A última campanha de escavações permitiu confirmar a existência de uma zona de carácter habitacional, complementar da área especificamente ritual do santuário. Permanece, contudo, a dúvida se as estruturas se enquadram no próprio complexo ritual do santuário ou se se trata de um verdadeiro povoado onde aquele se integra. É um local muito visitado e onde se realizam rituais Endovélico.

Na quinta de Alpompé foi classificada como IIP – Imóvel de Interesse Público a Estação arqueológica de Chões de Alpompé pelo Decreto n.º 28/82, DR, I Série, n.º 47, de 26-02-1982 e posteriormente delimitada a ZEP – Zona especial de proteção pela Portaria n.º 901/91, DR, I Série-B, n.º 203, de 4-09-1991.

Na página da internet do IGESPAR, relativamente a este IIP

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/69673/> transcrever-se o seguinte:

“Situado num terraço fluvial na confluência entre o rio Tejo e o rio Alviela, esta estação arqueológica diz essencialmente respeito aos vestígios de muralhas atribuíveis ao período da ocupação romana do nosso território, numa zona que apresenta vestígios ocupacionais desde o Paleolítico.

Com efeito, pesquisas levadas a cabo por investigadores na década de setenta do século passado, trouxeram à luz do dia múltiplos artefactos atribuídos ao Acheulense Superior e Musteriense. Entretanto, uma década antes, fora a vez de, ao prospetarem a mesma área, alguns arqueólogos dos Serviços Geológicos recolheram, além de objetos pertencentes ao Paleolítico,

cerâmica ibérica pintada e estampilhada, cerâmica negra de tipo grego, bem como cossoiros, todos denunciando uma fortíssima ocupação durante a Idade do Ferro. Ademais, a igual presença neste vasto espólio recolhido à superfície, de cerâmica negra campaniense A datável do século IV a.C. sugere a existência de relações comerciais mantidas entre esta zona da antiga Lusitânia e o mediterrâneo.

Mas, apesar destes vestígios, a classificação deste sítio reporta-se essencialmente ao período da ocupação romana, da qual, aliás, se recolheram materiais, como um unguentário de barro, fragmentos de cerâmica, um peso de tear, etc., durante os anos cinquenta por, entre outros, Bairrão Oleiro.

Tratando-se eventualmente da cidade de Moron, mencionada por Estrabão no século I a.C., estabeleceu-se neste campo fortificado erguido entre finais do século V, inícios do IV a.C., um acampamento militar, cuja principal função residiria no apoio a conceder à defesa de Scallabis (Santarém). Desta realidade chegaram até nós apenas alguns vestígios da zona muralhada, com c. de 1 km de comprimento, por 500 m de largura, para além de partes de 2 muralhas dispostas transversalmente, aparentando isolar uma zona um pouco mais elevada de todo o conjunto. Deste destacam-se os torreões, com paralelos formais aos localizados noutros sítios arqueológicos nacionais, como nos casos de Antanhол, Mesa dos Castelinhos e Miróbriga. Algumas das ravinas que ladeiam o recinto parecem ter sido aproveitadas como zonas de acesso ao seu interior. [AMartins]."

Na Herdade da Mitra está delimitada uma área de AAVAC 6, a "Anta da da Mitra" estando cercada, mas com um portão que permite o acesso pedonal.

No Campo de Tiro com base na Interpretação Nacional de Florestas de Alto Valor de Conservação, onde a presença da Águia de Bonelli teria enquadramento no AAVC 1.2 - Espécies ameaçadas e em perigo e uma vez que se verificou um período superior a três anos de nidificação consecutiva, a área de conservação foi classificada como AAVC, com implementação de medidas de gestão.

MEDIDAS DE FOMENTO E CONSERVAÇÃO

Na Herdade da Laje da Prata foi retirado o pastoreio, com o objectivo promover a regeneração do montado. O facto de ter retirado o pastoreio aumentou o risco de incêndio, pelo que serão efectuados mais aceiros. As áreas de carvalho negral, são sempre para manter e melhorar apenas é efectuado o controlo da vegetação. Nas áreas ocupadas pelos afloramentos rochosos será mantida a vegetação bem como árvores cavernosas, nomeadamente a azinheira que apresenta cavidades no tronco e não apresenta problemas fitossanitários.

No geral as operações florestais são realizadas durante o Outono/Inverno, com excepção da abertura dos aceiros que são realizados sobretudo no final da Primavera. As intervenções no estrato arbustivo não deverão ser realizadas no período compreendido entre 1 de Março e 31 de

Maio. As intervenções nas proximidades de zonas com afloramentos rochosos notáveis e barrancos não deverão ocorrer entre 1 de Janeiro e 31 de Maio.

A área definida como AAVC 6, na Herdade da Crucieira, tem intervenção mínima, apenas controlo de vegetação com o objectivo de reduzir o risco de incêndio e sem podas de manutenção para garantir sombra para a realização das festas.

A área definida como AAVC 6, na Casa Cadaval, encontra-se cercada e é objecto de acompanhamento pela Faculdade de Ciências, tendo intervenção mínima, apenas para permitir a realização de prospecções arqueológicas.

A área definida como AAVC 6, na Antasobral está cercada, mas com um portão que permite o acesso pedonal.

Na Herdade das Courelas da Fonte Santa, está delimitada uma área de AAVAC 6, estando delimitada e assinalada permitindo a visita do local.

Na quinta de Alpompé, está delimitada uma área de AAVAC 6, ZEP – Zona especial de proteção pela Portaria n.º 901/91, DR, I Série-B, n.º 203, de 4-09-1991. As atividades a desenvolver dentro da ZEP, tendo intervenção mínima, carecem de autorização prévia da Direção Geral do Património Cultural (DGPC) e .

No Campo de Tiro, a compatibilização entre a exploração do pinhal manso como local viável de nidificação para a Águia de Bonelli assenta em dois pontos principais:

- Manutenção do povoamento;
- Compatibilização com a apanha da pinha;
- Manutenção de tranquilidade no período de Janeiro a Junho.

Durante os meses de Dezembro a Junho não é realizada qualquer operação florestal na área do pinhal, antecipando-se a recolha da pinha ficando uma zona com acesso restrito.

1.1.COMUNICAÇÃO

A comunicação interna e externa constitui um dos principais veículos de envolvimento, cooperação e motivação dos elementos do Grupo. Neste âmbito, assume ainda particular destaque a comunicação com as partes interessadas.

1.1.1. Comunicação externa

Todas as informações necessárias para o desenvolvimento das actividades no âmbito do SGF e divulgação dos compromissos do Grupo, são transmitidas às Partes Interessadas por uma das seguintes vias:

- ✓ Comunicação verbal e escrita;
- ✓ Contacto telefónico e fax;

- ✓ Correio electrónico ou postal;
- ✓ Página de Internet da ACHAR;
- ✓ Imprensa local ou regional.

1.1.2. Receção de Comunicações Externas

As comunicações de origem externa ao Grupo são devidamente encaminhadas pela ACHAR até ao destinatário respetivo, com a maior brevidade possível, através das vias de comunicação interna, anteriormente referidas. Estas comunicações devem ser registadas no formulário SGF_F_21_Comunicação.

As operações são interrompidas de imediato em áreas onde existem reclamações de magnitude substancial, ou de duração significativa, ou envolvendo um número significativo de interesses, nomeadamente sempre que forem encontrados novos locais de significado cultural, ecológico, económico, religioso ou espiritual, até serem acordadas medidas de proteção com as comunidades locais, conforme previstas na lei.

Qualquer reclamação contra um membro do Grupo deve ser analisada pela ACHAR, em tempo útil até 15 dias após a sua receção. Após esta análise, todas as partes envolvidas devem ser informadas, por escrito, das deliberações tomadas. Caso haja recurso da deliberação tomada pela ACHAR esta deve ser encaminhada ao Conselho de Reclamações, de acordo com o disposto em seguida.

Qualquer reclamação ou recurso contra a ACHAR deve ser encaminhada ao Conselho de Reclamações e Recursos e analisada até 15 dias após a sua receção. Após esta análise, todas as partes envolvidas na reclamação/recurso deverão ser informadas, por escrito, das deliberações deste Conselho.

Caso estejam em causa perdas ou danos este Conselho deve avaliar a situação e definir uma compensação justa para o lesado. Caso haja necessidade as operações de gestão florestal podem ser interrompidas. Devem também ser tomadas as medidas necessárias para evitar a repetição destas ocorrências.

1.2. FORMAÇÃO E SEGURANÇA

1.2.1. Higiene e segurança

As obrigações sociais e laborais são cumpridas dentro do Grupo ACHARsgf. O cumprimento por parte dos prestadores de serviços é promovido e regularmente avaliado.

As actividades desenvolvidas no Grupo são realizadas, na sua maioria, através da contratação de serviços, preferencialmente a fornecedores de equipamentos e mão-de-obra locais e regionais, contribuindo para o desenvolvimento económico e social de populações locais.

As operações florestais e as actividades relacionadas devem ser executadas em condições que salvaguardem a segurança de todos os intervenientes. Esta condição está garantida no Grupo através de acções de formação e sensibilização internas a todos os colaboradores, promovidas

pela ACHAR ou através de contratos com prestadores de serviços, por parte de algumas explorações.

1.2.2. Identificação das necessidades de formação

A identificação das necessidades de formação é efectuada no último trimestre de cada ano, com base nos resultados das auditorias (internas e externas) e da monitorização.

Qualquer Aderente pode propor à ACHAR a realização de acções de formação (para si ou para alguém com responsabilidades na gestão ou na operacionalização das actividades). A ACHAR deve avaliar a sua pertinência, aprovar e calendarizar a sua realização.

As actividades desenvolvidas pelos prestadores de serviços podem também constituir uma fonte de informação para a identificação das necessidades de formação.

1.2.3. Plano de Formação

Com base nas necessidades de formação identificadas, a Direcção da ACHAR aprova, até ao final de Janeiro, o Plano Anual de Formação e respectiva calendarização.

Após a aprovação do Plano Anual de Formação, este será disponibilizado na *intranet* do Grupo e enviado a todos os Aderentes. Qualquer alteração ao Plano é alvo de igual aprovação e distribuição.

Todas as acções de formação e/ou sensibilização são registadas em folha de presenças, sendo os registos arquivados na ACHAR.

1.3. MONITORIZAÇÃO DO PGF

De acordo com o Plano de intervenções e operações florestais do seu Plano de Gestão Florestal o Aderente deve realizar as operações de gestão florestal. No final dos anos em ocorreu alguma intervenção o Aderente deve avaliar os seguintes aspectos:

- Estado das áreas alto valor de conservação, de conservação e de protecção definidas;
- Estado fitossanitário dos povoamentos;
- Presença de espécies invasoras lenhosas;
- Impactos ambientais das operações;
- Impactos sociais das operações;
- Acidentes de trabalho;
- Produtos químicos e agentes de controlo biológico aplicados e danos provocados;
- Actividades não autorizadas;
- Receitas obtidas;
- Despesas realizadas (incluindo todas as rendas, taxas, impostos, salários, honorários, despesas de formação de pessoal, encargos com seguros, etc.);
- Indicadores de Gestão Florestal Sustentável;
- Grau de cumprimento dos objectivos de gestão definidos;

- Desvios às actividades de gestão planeadas (eficiência);
- Produção;
- Taxas de crescimento e regeneração da floresta;
- Produtividade.

Os relatórios das auditorias de monitorização (realizadas pela ACHAR) e das auditorias externas (realizadas pela entidade certificadora), os relatórios de não conformidade, circulares e boletins informativos da ACHAR, *Intranet* e acções de formação e sensibilização constituem também fontes de informação importantes para a monitorização do PGF e das operações de gestão florestal.

Esta actividade deve ser registada no formulário Monitorização do Plano de Gestão Florestal. Sempre que necessário, face aos resultados desta avaliação/monitorização o Plano de Gestão Florestal é sujeito a um processo de revisão.

1.4. CONTROLO OPERACIONAL

O controlo operacional das actividades de gestão florestal e operações previstas no PGF são realizadas pelo Aderente de acordo com o definido nos procedimentos e Manuais que orientam cada actividade. O referido controlo tem ainda em consideração a Política Florestal, o PGF, os objectivos de gestão e os requisitos legais aplicáveis às actividades, concretizando-se em acções de acompanhamento das actividades realizadas por trabalhadores próprios ou contratados (incluindo os prestadores de serviços).

No âmbito do controlo operacional, assume particular relevância a verificação do cumprimento dos procedimentos aplicáveis aos prestadores de serviços, não obstante a inclusão no contrato de cláusulas referentes ao cumprimento de normas de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho (SHST) e de boas práticas florestais.

1.5. VENDAS E FACTURAÇÃO

Os Aderentes do Grupo de Certificação Florestal ACHARsgf podem vender os seguintes produtos certificados:

- ✓ Madeira de Eucalipto;
- ✓ Madeira de Pinho;
- ✓ Madeira de Sobre (para lenha);
- ✓ Cortiça;
- ✓ Pinha.

1.6. CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS

Sempre que ocorre uma contratação de prestadores de serviços é dada particular atenção ao cumprimento de todos os requisitos legais e boas práticas por parte dos prestadores de serviços.

1.7. BOAS PRÁTICAS

Boas práticas a cumprir – nomeadamente no que respeita a:

- ✓ Manter árvores mortas, longevas ou cavernosas, desde que em bom estado fitossanitário;
- ✓ Respeitar as zonas de protecção estabelecidas na primeira acção de controlo operacional;
- ✓ Não utilizar máquinas ou equipamentos pesados quando o solo estiver saturado/encharcado;
- ✓ Minimizar o atravessamento de linhas de água;
- ✓ Não deixar resíduos de exploração em linhas de água;
- ✓ Não aplicar produtos químicos a menos de 10m das linhas de água e 30m de lagos ou albufeiras;
- ✓ Minimizar a erosão e a compactação do solo;
- ✓ Minimizar os danos em árvores remanescentes (do adjudicante e de terceiros), solo e linhas de água;
- ✓ Não utilizar determinadas máquinas/equipamentos ou técnicas de acordo com o declive do terreno;
- ✓ Minimizar as mudanças de óleo no interior da área florestal e realizar as mesmas de acordo com os procedimentos de segurança aplicáveis;
- ✓ Minimizar as perdas de matéria orgânica do solo;
- ✓ Outras que assegurem a minimização dos impactos ambientais e sociais;

Procedimentos de segurança e equipamentos de protecção individual a utilizarem por todos os trabalhadores;

- ✓ Necessidade de cumprir todos os requisitos legais, nomeadamente no que respeita aos direitos dos trabalhadores – greve, livre associação, horários de trabalho, períodos de descanso, igualdade e não descriminação, seguros de acidentes de trabalho, trabalho infantil, etc;
- ✓ Necessidade de dar a formação adequada aos seus trabalhadores no âmbito das suas tarefas e responsabilidades, incluindo procedimentos de segurança;
- ✓ Necessidade de informar o Aderente sempre que ocorra um acidente de trabalho.

No início dos trabalhos devem ser demarcadas as zonas de protecção aos altos valores de conservação presentes (valores culturais, flora ou fauna a proteger, ninhos, tocas ou refúgios de animais, etc.), sendo o prestador de serviços, informado/alertado das interdições associadas.

1.8. AVALIAÇÃO DE IMPACTOS

Previamente à realização de qualquer operação de gestão florestal, é sempre efectuada uma avaliação dos impactos ambientais e sociais e dos riscos profissionais que as actividades podem provocar, com base em matrizes de impactos.

ANEXOS

Anexo 1 – Relatório de Monitorização de 2024